

CNPJ nº 61.699.567/0123-60

Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2025.
São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025.
Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2024 e 2023 - Valores em Reais		
	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades		
Superávit / Déficit do Exercício / Período	0,00	0,00
Ajustes p/ Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização.	0,00	0,00
Resultado Venda/Baixa Ativos e Passivos	0,00	0,00
Ajuste Contas Patrimônio Líquido e Passivo	0,00	0,00
Variações Ativos e Passivos		
(*) Redução Contas a Receber	-8.912.632,68	-31.076.213,73
(*) Redução Outros Créditos	180.580,40	-397.487,05
(*) Redução Despesas Antecipadas	-6.378,46	5.452,90
(*) Redução Estoques	-30.369,19	-91.533,40
Aumento (+) Fornecedores	122.490,05	615.362,29
Aumento (+) Dívidas e Subvenções / Contratos	-14.483.618,29	24.125.654,95
Aumento (+) Contas a Pagar e Provisões	22.376.313,03	4.935.332,10
Aumento (+) Bens de Terceiros	0,00	-37.169,15
Aumento (+) Passivo Arrendamento	0,00	0,00
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	-753.615,14	-1.920.601,09
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(*) Recuperação da Venda de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
(*) Aquisições de Imobilização	0,00	0,00
(*) Adição de Bens de Terceiros	0,00	37.169,15
(*) Adição de Bens Intangíveis	0,00	0,00
(*) Direito de Uso	0,00	0,00
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	0,00	37.169,15
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
(*) Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00

Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalente	-753.615,14	-1.883.431,94

(Redução) no Caixa e Equivalente	-753.615,14	-1.8
----------------------------------	-------------	------

Saldo Inicial de Caixa e Equivalente		890.671,13	2.774.103,33
Saldo Final de Caixa e Equivalente		137.456,19	890.671,33
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Valores em Reais			
	2024	2023	
1-Recitas	211.725.334,69	175.973.676,32	
1.1) Prestação de serviços	0,00	0,00	
1.2) Subvenções	172.570.886,52	139.991.606,27	
1.3) Outras Recitas	0,00	102.218,82	
1.4) Imunidade sobre contribuições	38.074.135,01	35.324.851,23	
2-Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui IMC e IPI)	172.102.098,41	140.482.847,38	
2.1) Custos dos insumos com serviços prestados	4.404.118,86	3.565.388,92	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	11.553.191,15	9.967.741,15	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	11.687.617	61.732.94	
2.4) Custos / Despesas Diversas	1.026.116,70	807.978,39	
3-Valor Adicionado Bruto (1-2)	194.623.236,28	161.570.828,94	
4-Retenções	0,00	0,00	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00	
5-Valor Adicionado Líquido	194.623.236,28	161.570.828,94	
Produziu pela Entidade (3-4)	194.623.236,28	161.570.828,94	
6-Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,00	0,00	
6.1) Recitas Financeiras	0,00	0,00	
7-Valor Adicionado Total (5+6)	194.623.236,28	161.570.828,94	
8-Distribuição do Valor Adicionado	194.623.236,28	161.570.828,94	
8.1) Pessoal e encargos	154.055.638,66	124.383.506,14	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	4.778,84	2.809,75	
8.3) Financeira	103.963,97	136.139.122	
8.4) Aluguéis	2.384.919,50	1.723.522,60	
8.5) Imunidade sobre contribuições	38.074.135,01	35.324.851,23	
8.6) Supéravit / Déficit do Exercício	0,00	0,00	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

Tipo de Recurso		Vencimentos	A Vencer	Saldo em 31/12/2023
Contrato Gestão nº 17/7202 - 9º TA	R\$ 1.850.022,05	RS -	R\$ 1.850.022,05	
Contrato Gestão nº 17/7202 - 10º TA	R\$ 47.506.492,81	RS -	R\$ 47.506.492,81	
Contrato Gestão nº 17/7202 - 11º TA	R\$ 3.943.876,04	RS -	R\$ 3.943.876,04	
Contrato Gestão nº 17/7202 - 12ª TA	R\$ 6.547.913,06	RS -	R\$ 6.547.913,06	
		Total	RS 59.848.303,96	

3.3- Outros Créditos e Adiantamentos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas de curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. Representam valores como pagamentos de encargos rescisórios, indenizações por danos materiais, indenizações por danos morais.

3.3.1-Antecipação de Férias: A Instituição efetua antecipação de férias conforme premissa legislação trabalhista (CLT), em seus artigos Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono reflexo. No Art. 143 – serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.3.2-Estoque:** Os estoques formam avaliados pelo custo médio de aquisição e são classificados em estoques de produtos acabados ou em valores de mercado e incluem os produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção.

Tipo	31/12/2023	Valores em Reais
Materiais utilizados no setor de nutrição	69.094,68	95.444,23
Materiais utilizados no setor de farmácia	9.763,67	5.261,73
Materiais de armazenar	470.634,97	418.418,37
Empréstimos com Materiais de Terceiros	3.162,00	2.406,58
Operações com Materiais de Terceiros	0,00	0,00
Total	552.659,50	521.530,91

3.3.5-Compenção: Este subgrupo de ativos é composto por bens oriundos de contratos de comodatos, locação e cessão de uso com empresas fornecedoras, os quais foram reconhecidos contabilmente em linha com o art. 179, IV da Lei nº 6.404/1976. Também, são bens de terceiros os ativos decorrentes de operações de compra e venda de bens adquiridos. Isto é, o órgão público é a concedente sobre a propriedade do ativo, o concessionário apenas usufrui do uso do bem na sua atividade. Os bens de terceiros, no final do exercício 2023 foram reclassificados para as contas Ativo e Passivo Compensado para uma melhor evidência. Assim, devido à natureza jurídica dos comprovantes que definem que a transferência de recursos nas contas Patrimoniais no final de 31/12/2023 estarão com saldos zero. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2023	Aquisição	Baixas	Posição Em 31/12/2023
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odonto e Laboratório	11.947,00			11.947,00
Equipamento Processamento de Dáteis Móveis e Utensílios	20.433,07	30.479,01		50.912,08
Nutritivos Usualizados e Equipamentos Médicos, Odonto e Laboratório	38.269,81	44.071,91		82.341,72
Aparelhos e Acessórios em Geral	3.100,00	32.993,65		36.093,65
	25.152,21	11.127,10		36.279,31
Total	99.892,09	118.671,67		217.573,76

3.3-Obrigação Trabalhista: De acordo com o Art. 76 da CLT – Salário é a Contraprestação salarial devida e paga mensalmente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao empregado rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS (FGTS, IRRTF, CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados). Assim, devido à natureza jurídica dos comprovantes que definem que a transferência de recursos na conta 113 do CTRN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de RPIR, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela instituição. São também incluídas as obrigações tributárias decorrentes de impostos e contribuições federais, estaduais, municipais e pessoais (impostos de renda, impostos e demais tipos de consumo, o prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. Estas obrigações representam a contratação de servi-



SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - CENTRAL NORTE													
CNPJ nº 61.699.567/0123-60													
Linha de Contratação	Unidades Básicas de Saúde - UBS MARTINS												
	Meta	Jan/ 24	Fev/ 24	Mar/ 24	Abr/ 24	Mai/ 24	Jun/ 24	Jul/ 24	Ago/ 24	Set/ 24	Out/ 24	Nov/ 24	Dez/ 24
Cobertura vacinal de Poliomielite e Pentavalente (3ª dose) em crianças menores de 1 ano	95%	100%	100%	100%	93%	100%	122%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (diabéticos)	65 a 100% conforme Cluster	79%	79%	78%	78%	78%	78%	78%	79%	80%	80%	80%	81%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (hipertensos)	36 a 59% conforme Cluster	71%	71%	70%	69%	70%	69%	69%	70%	70%	70%	70%	70%
Aderência à pesquisa de satisfação	13%	2%	2%	3%	2%	3%	2%	3%	6%	3%	4%	4%	3%
Índice de satisfação do usuário	60 a 72% conforme Cluster	77%	72%	68%	67%	66%	71%	78%	72%	72%	72%	65%	82%
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50%	40%	40%	39%	44%	40%	44%	45%	47%	48%	51%	51%	41%
% Não conformidades nas visitas	50%	-	-	28%	29%	24%	24%	9,80%	10%	15%	13%	13%	5%
Adesão ao programa de saúde do idoso	40 a 80% conforme Cluster	68%	68%	67%	66%	66%	65%	65%	64%	64%	64%	63%	63%
Adesão ao programa de saúde da criança	70 a 95% conforme Cluster	80%	91%	85%	73%	88%	78%	94%	85%	88%	75%	83%	69%
Captação de usuários com sofrimento psíquico ou transtorno mental	6 a 8% conforme Cluster	14%	14%	14%	14%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Quantidade de Faltaos vacinação	1%	6%	6%	9%	11%	5%	5%	6%	5%	6%	6%	4%	4%
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	50%	22%	21%	21%	22%	22%	22%	23%	22%	25%	26%	27%	38%
Unidades Básicas de Saúde - UBS NOSSA SENHORA DAS GRACAS													
Linha de Contratação	Unidades Básicas de Saúde - UBS NOSSA SENHORA DAS GRACAS												
	Meta	Jan/ 24	Fev/ 24	Mar/ 24	Abr/ 24	Mai/ 24	Jun/ 24	Jul/ 24	Ago/ 24	Set/ 24	Out/ 24	Nov/ 24	Dez/ 24
% de cadastros completos em função da área de abrangência	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Custo por atendimento médico	100%	178%	93%	187%	184%	189%	141%	123%	163%	177%	119%	172%	411%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais médicos	100%	70%	143%	81%	79%	82%	86%	140%	72%	70%	121%	70%	71%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais de enfermagem	100%	127%	246%	130%	146%	114%	114%	106%	113%	100%	121%	102%	111%
Índice de rotatividade	1%	3%	3%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	1%	1%	94%	6%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%	88%	79%	99%	81%	92%	100%	132%	89%	86%	116%	89%	86%
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação	60%	20%	15%	50%	40%	57%	100%	67%	100%	80%	86%	100%	100%
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60%	25%	15%	50%	50%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60%	20%	10%	55%	45%	100%	100%	100%	100%	100%	86%	100%	100%
Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais na faixa etária de 25 a 64 anos em relação à população	40%	51%	51%	51%	52%	52%	52%	52%	53%	52%	52%	52%	52%
Cobertura vacinal de Poliomielite e Pentavalente (3ª dose) em crianças menores de 1 ano	95%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (diabéticos)	65 a 100% conforme Cluster	80%	80%	81%	82%	83%	83%	83%	84%	84%	84%	85%	85%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (hipertensos)	36 a 59% conforme Cluster	68%	69%	69%	70%	71%	71%	71%	72%	72%	72%	72%	72%
Aderência à pesquisa de satisfação	13%	1%	1%	1%	1%	3%	2%	2%	4%	4%	3%	3%	2%
Índice de satisfação do usuário	60 a 72% conforme Cluster	61%	63%	72%	69%	76%	78%	56%	74%	73%	54%	60%	57%
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50%	40%	39%	40%	45%	47%	48%	47%	46%	47%	48%	47%	38%
% Não conformidades nas visitas	40 a 80% conforme Cluster	-	35%	28%	7%	7%	17%	17%	8%	10%	13%	13%	8%
Adesão ao programa de saúde do idoso	40 a 80% conforme Cluster	83%	82%	82%	85%	85%	85%	84%	85%	84%	84%	85%	85%
Adesão ao programa de saúde da criança	70 a 95% conforme Cluster	86%	84%	91%	98%	93%	99%	97%	97%	98%	98%	96%	100%
Captação de usuários com sofrimento psíquico ou transtorno mental	6 a 8% conforme Cluster	24%	24%	25%	27%	29%	29%	29%	30%	30%	30%	31%	31%
Quantidade de Faltaos vacinação	1%	5%	3%	4%	5%	6%	5%	2%	4%	4%	2%	1%	2%
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	50%	25%	26%	26%	27%	28%	28%	27%	25%	27%	26%	26%	40%
Unidades Básicas de Saúde - UBS SANTA ROSA													
Linha de Contratação	Unidades Básicas de Saúde - UBS SANTA ROSA												
	Meta	Jan/ 24	Fev/ 24	Mar/ 24	Abr/ 24	Mai/ 24	Jun/ 24	Jul/ 24	Ago/ 24	Set/ 24	Out/ 24	Nov/ 24	Dez/ 24
% de cadastros completos em função da área de abrangência	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	99%	99%	99%	99%	99%
Custo por atendimento médico	100%	198%	71%	168%	116%	158%	175%	160%	137%	188%	206%	239%	444%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais médicos	100%	85%	207%	81%	108%	97%	88%	130%	90%	79%	83%	85%	65%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais de enfermagem	100%	102%	189%	111%	118%	110%	96%	118%	100%	114%	124%	116%	125%
Índice de rotatividade	1%	2%	2%	1%	1%	0%	0%	2%	0%	0%	1%	1%	0%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%	85%	112%	88%	86%	100%	100%	156%	140%	99%	102%	138%	115%
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação	60%	15%	10%	15%	15%	57%	100%	67%	100%	67%	60%	100%	100%
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60%	20%	15%	15%	25%	100%	100%	100%	100%	83%	100%	100%	100%
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60%	25%	15%	15%	25%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais na faixa etária de 25 a 64 anos em relação à população	40%	46%	47%	47%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	47%	46%	46%
Cobertura vacinal de Poliomielite e Pentavalente (3ª dose) em crianças menores de 1 ano	95%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (diabéticos)	65 a 100% conforme Cluster	84%	85%	85%	86%	89%	90%	92%	92%	93%	93%	92%	91%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (hipertensos)	36 a 59% conforme Cluster	64%	65%	65%	65%	68%	69%	69%	69%	70%	69%	68%	68%
Aderência à pesquisa de satisfação	13%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	5%	3%	4%
Índice de satisfação do usuário	60 a 72% conforme Cluster	68%	83%	69%	68%	76%	74%	66%	67%	65%	74%	63%	71%
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50%	45%	45%	46%	48%	49%	50%	51%	50%	49%	46%	42%	30%
% Não conformidades nas visitas	40 a 80% conforme Cluster	-	14%	1860%	2%	10%	20%	7%	5%	3%	5%	13%	23%
Adesão ao programa de saúde do idoso	40 a 80% conforme Cluster	78%	79%	81%	92%	92%	92%	92%	93%	92%	92%	91%	90%
Adesão ao programa de saúde da criança	70 a 95% conforme Cluster	95%	92%	87%	81%	74%	73%	88%	88%	79%	73%	74%	75%
Captação de usuários com sofrimento psíquico ou transtorno mental	6 a 8% conforme Cluster	18%	19%	18%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	19%
Quantidade de Faltaos vacinação	1%	5%	4%	8%	3%	4%	7%	3%	2%	2%	2%	3%	2%
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	50%	26%	27%	28%	29%	30%	30%	30%	29%	29%	28%	26%	33%
Unidades Básicas de Saúde - UBS ROSA VIEIRA													
Linha de Contratação	Unidades Básicas de Saúde - UBS ROSA VIEIRA												
	Meta	Jan/ 24	Fev/ 24	Mar/ 24	Abr/ 24	Mai/ 24	Jun/ 24	Jul/ 24	Ago/ 24	Set/ 24	Out/ 24	Nov/ 24	Dez/ 24
Aderência à pesquisa de satisfação	≥1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	3%	3%	3%	1%	2%	2%
Índice de satisfação do usuário	≥78%	76%	13%	33%	87%	51%	38%	1%	42%	1%	48%	46%	84%
Índice de rotatividade	≤1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%	88%	89%	83%	61%	67%	68%	74%	71%	70%	67%	74%	100%
Proporção entre ativos e inativos	≤1%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%
% Não conformidades nas visitas	≤50%	0%	5%	3%	8%	15%	10%	8%	13%	6%	5%	11%	11%
% Atividades coletivas	≥70%	67%	64%	66%	66%	61%	69%	65%	67%	71%	72%	30%	70%
% de internações HC-UFU	≤1%	0%	0%	0%	0%	0%	0,000%	0,000%	0%	0%	1%	0%	0%
Matriciamento na Atenção Básica	6	125%	225%	175%	183%	133%	100%	167%	117%	83%	117%	83%	117%
Matriciamento na Atenção Básica	2	400%	500%	300%	200%	200%	100%	150%	100%	150%	100%	150%	150%
Taxa de ocupação da unidade de acolhimento (Exclusivo CAPS II)	≥ 30%	20%	30%	40%	30%	50%	30%	30%	30%	50%	98%	40%	20%
Cumprimento das horas contratuais	≥ 80%	85%	85%	89%	96%	92%	100%	96%	94%	95%	93%	100%	14%
Efetividade do faturamento da produção	≥80%	85%	85%	89%	96%	92%	100%	96%	94%	95%	93%	100%	14%
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS LESTE													
Linha de Contratação	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS LESTE												
	Meta	Jan/ 24	Fev/ 24	Mar/ 24	Abr/ 24	Mai/ 24	Jun/ 24	Jul/ 24	Ago/ 24	Set/ 24	Out/ 24	Nov/ 24	Dez/ 24
Aderência à pesquisa de satisfação	≥1%	1%	1%	1%	1%	1%	3%	2%	4%	0,8%	5,6%	2,6%	1,5%
Índice de satisfação do usuário	≥78%	31%	33%	61%	28%	92%	-10%	29%	25%	83%	39%	74%	76,5%
Índice de rotatividade	≤1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%	65%	83%	72%	41%	67%	62%	66%	71%	65%	67%	66%	97%
Proporção entre ativos e inativos	≤1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0,5%
% Não conformidades nas visitas	≤50%	1%	3%	8%	15%	10%	8%	13%	6%	5%	6%	11%	11,1%
% Atividades coletivas	≥61%	64%	52%	76%	84%	84%	80%	76%	74%	86%	75%	23%	73,9%
% de internações HC-UFU	≤1%	1%	0%	1%	1%	0%	0%	2%	0%	0,9%	2,3%	1,4%	0,5%
Matriciamento na Atenção Básica	4	267%	167%	200%	125%	175%	125%	175%	150%	200%	200%	125%	150%



SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - SETOR OESTE

de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 31.12.2024 totalizou R\$55.505.601,86 (cinco milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e um reais e oitenta e seis centavos). **3.8-Fornecedores e Prestadores de Serviços:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, tanto de pessoas físicas quanto pessoas jurídicas pela instituição, em sua grande parte relacionados aos contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, limpeza e vigilância, portaria e serviços de reforma. **3.9-Subvenções e Parcerias a Realizar:** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores máximos do Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2024 representa R\$29.379.030,36 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil e trinta reais e trinta e seis centavos). **3.10-Contas a Pagar:** São valores que correspondem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. Totalizam-se em 31.12.2024, R\$402.495,62 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e seis centavos). **3.11-Materiais de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2024 esses valores totalizaram R\$2.585,20 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). **3.12-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativas, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Item significativo registrado com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso das Provisões de Férias e Encargos, estes foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.13-Provisões oriundas de Contingências:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para processos de ações em “provida”, “possível”, “provável” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizações, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não há contingências cíveis em 31.12.2024. No exercício de suas atividades em 2024, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como “provável” no montante de R\$ 175.211,07. As ações com a possibilidade de perda eram de natureza “possível”, e para as ações em que a possibilidade de perda era tida como “possível”, o montante chegou a R\$ 1.224.626,84.

UAISOESTE			
Passivo Contingências			
Trabalhista	Possível	Cível	Possível
Provável	Possível	Provável	Possível
RS 175.211,07	RS 1.224.626,84	RS -	RS -
3.14-Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4-Origem e Restrição das Receitas: Os recursos financeiros são oriundos de contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1-Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. 4.1.1-Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não são reconhecidos e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. 4.3-Dotações Recebidas em Bens e Mercadorias: No exercício de 2024 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$9.600,00 a título de doações em medicamentos, materiais médico-hospitalares e equipamentos, com a finalidade de promover a prevenção, proteção e apoio no tratamento aos pacientes necessitados. 4.4-Ativos, Subvenções, Parcerias e Custos Operacionais: Os recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício 2024, a SPDM - Unidades de Atendimento Integrado - Setor Oeste recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:			

CNPJ nº 61.699.567.0128-75	
Contrato de gestão nº 178/2022 -	
Unidades de Atendimento Integrado - Setor Oeste	RS 152.654.605,93
Total	RS 152.654.605,93
5-Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. 6-Resultado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas às condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “zero”. A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composta de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos pactuados, acrescidas de outras receitas, totalizando R\$158.153.960,15 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais e quinze centavos), deduzidas das Despesas e Custos Operacionais no ordem de R\$154.889.858,18 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezcentos centavos), encerrando o exercício com um resultado superavitário de R\$3.264.101,97 (três milhões, duzentos e sessenta e quatro	

mil, cento e um reais e noventa e sete centavos). **7-Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantropica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêner com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2024 nesta unidade a seguinte produção:

Unidades Básicas de Saúde - UBS	
Meta	2024
Assistente social	93
Enfermeiro	335
Cirurgião dentista - clínico geral	24.598
Enfermeiro	26
Enfermeiro da estratégia de saúde da família	168
Fisioterapeuta geral	40
Médico clínico	4.473
Médico da Estratégia de Saúde da Família	3.361
Médico ginecologista e obstetra	765
Médico outras especialidades	1
Médico pediatra	0
Médico psiquiatra	50
Nutricionista	40
Psicólogo clínico	145
Tratamento Odontológico	11
Procedimento Cirúrgico Odontológico	196
Matriciamento da Rede de Atenção à Saúde	203
Pequenas Cirurgias	6.079
Fisioterapia (Procedimento)	

8-Relatório de Execução do Contrato Gestão

Relatório de acompanhamento de metas contratuais	
Unidades de Atendimento Integrado UAI do Município de Uberlândia - CNPJ: 61.699.567/0128-75	
Metas de acordo com o Contrato de Gestão nº 178/2022, e seus respectivos aditivos	
Contrato nº Realizado Ano 2024	
Unidades de Atendimento Integrado - UAI PLANALTO	
Meta	2024
% de AILs aprovadas pelo SUS	95%
Aderência da patologia clínica ao volume de atendimentos no PA	100%
Aderência da prestação de contas aos plantões médicos contratualizados	100%
% atendimentos no tempo esperado desde a chegada ao PA (classificação amarela)	97 a 98% conforme Cluster
% atendimentos no tempo esperado desde a chegada ao PA (classificação verde)	91 a 99% conforme Cluster
Índice de rotatividade	1%
Aderência à pesquisa de satisfação	4%
Índice de satisfação do usuário	44 a 48% conforme Cluster
% Não conformidades nas visitas	50%
Atenção Especializada	
Cumprimento do volume de consultas especializadas contratadas	100%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%
Custo por atendimento médico (especializado)	100%

Unidades de Atendimento Integrado - UAI LUIZOTE	
Meta	2024
% de AILs aprovadas pelo SUS	95%
Aderência da patologia clínica ao volume de atendimentos no PA	100%
Aderência da prestação de contas aos plantões médicos contratualizados	100%
% atendimentos no tempo esperado desde a chegada ao PA (classificação amarela)	97 a 98% conforme Cluster
% atendimentos no tempo esperado desde a chegada ao PA (classificação verde)	91 a 99% conforme Cluster
Índice de rotatividade	1%
Aderência à pesquisa de satisfação	4%
Índice de satisfação do usuário	44 a 48% conforme Cluster
% Não conformidades nas visitas	50%
Atenção Especializada	
Cumprimento do volume de consultas especializadas contratadas	100%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%
Custo por atendimento médico (especializado)	100%

Unidades Básicas de Saúde da Família - UBSFs OESTE	
Meta	2024
Proporção de cadastros completos em função da área de abrangência	100%
Custo por atendimento médico	100%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais médicos	100%
Índice de rotatividade	1%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais de enfermagem	100%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 3ª Semana de Gestação	45%
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60%
Proporção de gestantes com atendimento Odontológico realizado	60%
Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais na faixa etária de 25 a 64 anos em relação à população	40%
Cobertura vacinal de Poliomielite e PentaValente (3º dose) em crianças menores de 1 ano	95%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (Diabéticos)	65 a 100%
Captação de usuários com condições de saúde crônicas (Hipertensos)	58 a 100%
Aderência à pesquisa de satisfação	59%
Índice de satisfação do usuário	60 a 72% conforme Cluster
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina GLICADA solicitada no semestre	50%
Visitas às Unidades da Rede	50%
Adesão ao programa de saúde do idoso	40 a 80% conforme Cluster
Adesão ao programa de saúde da criança	84%
Captação de usuários com sofrimento psíquico ou transtorno mental	6 a 8% conforme Cluster
Quantidade de Falsos vacinação	1%
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e PRESSÃO ARTERIAL aferida no semestre	50%

Unidades Básicas de Saúde - UBS DONA ZULMIRA	
Meta	2024
% de cadastros completos em função da área de abrangência	100%
Custo por atendimento médico	100%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais médicos	100%
Cumprimento do volume de consultas contratadas para o atendimento ambulatorial dos profissionais de enfermagem	100%
Índice de rotatividade	1%
Aderência da carga horária do CNEs às horas em contrato	80 a 120%
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação	60%
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60%
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60%
Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais na faixa etária de 25 a 64 anos em relação à população	40%

Unidades Básicas de Saúde da Família - UBSF	
Meta	2024
Assistente social	320
Enfermeiro	-
Enfermeiro da estratégia de saúde da família	60.789
Fisioterapeuta geral	9
Médico Clínico	-
Médico da estratégia de saúde da família	528
Médico ginecologista e obstetra	9.927
Médico outras especialidades	-
Médico psiquiatra	-
Nutricionista	22
Profissional de educação física na saúde	2
Psicólogo clínico	37
Tratamento Odontológico	625
Matriciamento da Rede de Atenção à Saúde	5.079
Pequenas Cirurgias	1.250
Procedimento Cirúrgico Odontológico	18
Fisioterapia (Procedimento)	2.004

Unidades de Atendimento Integrado - UAI	
Meta	2024
Assistente social	4.364
Enfermeiro	494.355
Médico clínico	242.247
Médico outras especialidades	-
Médico pediatra	-
Médico psiquiatra	-
Nutricionista	-
Técnico de enfermagem	834
INTERNACIONAIS	5.045
Saúde Hospitalar	375
SADT - TOTAL (SIA + SII)	105.643

Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	
Meta	2024
Assistente social	5.766
Enfermeiro	7.951
Farmacêutico	1.791
Médico clínico	6.157
Médico psiquiatra	-
Psicólogo clínico	7.586
Técnico de enfermagem	73
Matriciamento na Atenção Básica	34
Matriciamento na Urgência Emergência	-

Página 3 de 4



continuação

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - SETOR OESTE

CNPJ nº 61.699.567/0128-75

8.1 – Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2024		
Recursos	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	152.448.205,93	206.400,00
Receitas Financeiras	75.818,78	-
Outras Receitas	9.600,00	-
Total das Receitas	152.533.624,71	206.400,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	132.371.824,57	-
Serviços de Terceiro	15.047.620,06	-
Materiais e Medicamentos	3.967.454,46	-
Outras Despesas	4.925.658,41	-
Total das Despesas	156.312.557,50	26.485,43

9-Inimidade e Contribuições Sociais Usufruidas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017 e, ainda, através da Portaria SAS/MS 1.571, de 01 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 03/04/2024, com validade de 01/01/2018 à 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de "vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência

de RS1.102.591,42 (um milhão, cento e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos). 9.3-Inimidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificado em conta específica o montante no exercício 2024 foi de R\$4.620.130,50 (quatro milhões, seiscentos e vinte mil, cento e trinta reais e cinquenta centavos). 9.4-Inimidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fôlgap): A Entidade usufruiu da imunidade do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2024, R\$1.186.174,33 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos). 10-Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida à Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2024, o trabalho voluntário estatutário da unidade representou R\$ 2.422,42. 11-Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Uberlândia/MG, 31 de Dezembro de 2024.

Rogério Marcos Reis - Contador - CRC ISP216.264/O-3

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 08 de abril de 2025.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 25P 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior

Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2024 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$39.539.337,97 (trinta e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e novecentos e sete centavos). 9.1-Inimidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2024, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados, a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$32.650.441,72 (trinta e dois milhões, seiscentos e trinta mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos). 9.2-Inimidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros: A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2024 atingiu um montante

Dr. Walid Makin Fahmy - Diretor Técnico

apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM - UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - UAI DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA.

uma, seria composta de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos pactuados, acrescidas de outras receitas, totalizando R\$99.442,44 (noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), deduzidas das Despesas e Custos Operacionais e dois reais e quarenta e quatro centavos, resultando em um saldo líquido de R\$97.248,00 (noventa e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e dois centavos). 6.1 - **Enfase ao resultado:** Em resultado, podemos explicar que este **deficit** tem relação direta com o encerramento das atividades, pois a unidade não recebeu todos os recursos recebíveis e finalizou suas atividades em outubro/2023, sendo que os valores previstos abrangiam gastos até o final do exercício. 7 - **Das Disposições da Lei Complementar 187 de dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. Em virtude do encerramento das atividades operacionais, esta unidade não apresentou em 2024 os quadros relativos à produção.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Unidades de Atendimento Integrado - UAI do Município de Uberlândia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir: intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração

8- Relatório de Execução Orçamentária
CNPJ nº 61.699.567/0086-81

Sector Leste

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2024

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	0,00	-
Receitas Financeiras	33.863,41	-
Outras Receitas	14.383,39	-
Total das Receitas	48.246,80	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	18.215,98	-
Serviços de Terceiros	0,00	-
Materiais e Medicamentos	0,00	-
Outras Despesas	95.609,68	-
Total das Despesas	113.825,66	-

9- Imunidade e Contribuições Sociais Usufruidas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017 e, ainda, através da Portaria SAS/MS nº 1.571, de 01 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 03/04/2024, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de

vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação da Entidade com os Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2024 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$1.447,38 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos). 9.1 - **Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2024 foi de R\$1.447,38 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2023, esse montante foi de R\$2.379.751,87 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos). **10- Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Uberlândia/MG, 31 de Dezembro de 2024.

Rogério Marcos Reis - Contador - CRC ISP216.264/O-3

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 08 de abril de 2025.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 25F 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior

Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718